

Governo domina a Comissão que discutirá o Orçamento

Vinte e um dos 33 parlamentares já indicados — faltam ainda três indicações — para discutir a proposta de Orçamento da União para 1989, na Comissão mista do Congresso, são ligados ao Governo e votaram, na Constituinte, a favor do mandato presidencial de cinco anos para o presidente José Sarney. Desse total 19 parlamentares que analisarão os 36 anexos orçamentários apoiam sistemáticamente as propostas apresentadas pelo Centrão na Assembléia Constituinte.

Até a escolha dos relatores do Orçamento, na Comissão de Fiscalização e Controle do Congresso — presidida pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), outro que também apoiou o mandato de cinco anos para Sarney — o Palácio do Planalto estava receoso de que os congressistas indicados para aquela função fossem politicamente hostis ao Governo e pudessem criar embaraços à tramitação da proposta orçamentária.

Depois de tomar conhecimento das indicações feitas por Cid Car-

valho, o governo ficou mais tranquilo. Por sinal, os nomes escolhidos para exame do Orçamento no tocante à Presidência da República e aos três ministérios militares — setores considerados estratégicamente mais sensíveis — são todos eles pertencentes ao Centrão. O anexo da presidência — cujas dotações foram bastante aumentadas — é de deputado centrista Délío Braz (PMDB-GO). O Ministério da Marinha tem como relator o senador centrísta Raimundo Lira (PMDB-PB); o Exército, o deputado Paes Landim (PFL-PI), um dos mais atuantes congressistas do Centrão; e a Aeronáutica, o senador Alvaro Pacheco (PFL-PI), centrísta e amigo pessoal do presidente Sarney.

Inexperiência

De outra parte, além da maioria governista entre os relatores, mais da metade dos congressistas indicados para essa tarefa não têm qualquer experiência no assunto, devendo, por isso, buscar subsídios para seus relatórios junto aos res-

pectivos órgãos sobre os quais dão parecer.

Anexos orçamentários considerados importantes, do ponto de vista político, são os relativos aos ministérios da Educação (senador João Calmon, do PMDB-ES, cincoanista) parte dos Transportes (José Carlos Vasconcelos, PMDB-PE, cincoanista), parte do Interior (senador Leopoldo Peres, PMDB-AM, cincoanista), Receita e Texto da Lei (deputado Nyder Barbosa, PMDB-ES, cincoanista), Saúde (Jofran Frejat, PFL-DF) e Ministério da Habitação e Desenvolvimento Social (deputado Genebaldo Corrêa, PMDB-BA, ligado ao governador Valdir Pires, adversário político do titular dessa pasta, ministro Prisco Viana. Três ministérios — Cultura, Justiça e da Reforma Agrária — ainda não têm relatores.

Ao relator do anexo da presidência da República caberá apreciar a proposta orçamentária da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), subordinada ao Conselho de Segurança Nacional.